Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática

Gregorio F. Baremblitt

5ª.ed.

Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002 (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2)

Baremblitt, Gregorio F. (2002) *Compêndio de análise institucional e outras correntes*: teoria e prática, 5ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2)

Copyright 1992 by Gregorio Baremblitt 1 ª edição: Editora Record, 1992

Capitulo II

SOCIEDADES E INSTITUIÇÕES

O Institucionalismo, à sua maneira, tem uma concepção própria do que é a Sociedade e do que é a História, a Sociedade como forma organizada de associação humana e a História como o devir da Sociedade no tempo. O Institucionalismo, sem considerar no momento as diferenças doutrinárias de escola para escola, afirma que a sociedade é uma rede, um tecido de instituições. E que são as instituições?

As instituições são lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser hábitos ou regularidades de comportamentos. Alguns autores sustentam que leis, normas e costumes são objetificações de valores. As leis, em geral, estão escritas; as normas e os códigos também. Mas uma instituição não necessita de tal formalização por escrito: as sociedades ágrafas também têm códigos, só que eles são transmitidos verbal ou praticamente, não figurando em nenhum documento.

O que essas lógicas significam? Significam a regulação de uma atividade humana, caracterizam uma atividade humana e se pronunciam valorativamente com respeito a ela, esclarecendo o que deve ser, o que está prescrito, e o que não deve ser, isto é, o que está proscrito, assim corno o que é indiferente. Essas lógicas, esses corpos discriminativos, são vários, e é curioso que os institucionalistas têm dificuldades para chegar a um acordo acerca de quais e quantos são.

Vamos examinar algumas ilustrações mais ou menos indiscutíveis. Um exemplo de urna instituição: a instituição da' linguagem. Ela caberia nesta definição que formatamos quando a pensamos em termos gramaticais. A gramática não é nada mais que um conjunto de leis, de normas que regem a combinatória de elementos fônicos, de unidades de significação na linguagem. Com a combinação desses elementos, conforme indicado por essas leis, pode

construir-se um infinito número de mensagens, de tal modo que estas mensagens são compreensíveis para qualquer falante ou ouvinte dessa língua. Então, corno se pode ver, no final das contas, urna gramática é urna instituição que explicita as opções de acordo com as quais se vão produzir mensagens, consideradas gramaticais ou agramaticais, os prescritos ou os proscritos. É claro que, no caso da língua, não estarão estipulados também os prêmios e os castigos para quem usa de forma correta ou incorreta a língua, que é o que acontece em outros tipos de instituição. Mas o preço de seu desconhecimento ou transgressão é óbvio: a incomunicabilidade dentro do universo humano, pelo menos dentro desse universo humano em particular.
Outro exemplo são as instituições de regulamentação do parentesco, as que definem os lugares tais corno: pai, mãe, filho, nora, genro etc. Elas são as que prescrevem entre quais membros dessa classificação podem se dar uniões, entre quais membros não podem se dar uniões e que tipo, que característica de vínculo. de descendência e aliança relaciona cada uma destas posições com a outra. Isso também é um código que, formalizado ou não, regula a relação de parentesco e tem prescrições – o que é indicado; e também proscrições – o que é proibido; assim como o que é indiferente ou não abrangido por essa lógica. Outra instituição pouco discutível entre os institucionalistas é a da divisão do trabalho humano. O trabalho humano está dividido segundo os momentos e as especificidades de cada tipo de produção e tarefa (divisão técnica). Mas, por outro lado, essa divisão vem acompanhada de urna hierarquia que institui diferenças de poder, prestígio e lucro – não necessariamente justificadas pela importância produtiva daqueles que detêm esses lugares (divisão social). Por exemplo: trabalho manual e intelectual, do campo e da cidade, assalariados e autônomos, feminino e masculino etc.

Há também as instituições da educação, isto é, aquelas leis, normas e pautas que prescrevem corno se deve socializar, instruir um aspirante a membro de nossa comunidade para que ele possa integrar-se à mesma com suas características efetivas.

Ternos também a instituição da religião, que é a que regula as relações do homem com a divindade, divindade sobrenatural para uns ou imanente à vida terrena para outros, mas com respeito à qual existe toda urna série de comportamentos indicados e toda urna série de comportamentos contra-indicados.

Ternos também as instituições de justiça, as instituições da administração da força, e assim por diante. Em um plano formal, urna sociedade não é mais que isso: um tecido de instituições que se interpenetram e se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e a relação entre os homens. Agora, entendidas assim, as instituições são entidades abstratas, por mais que possam estar registra das em escritos ou conservadas em tradições.

Para vigorar, para cumprir sua função de regulação da vida humana, as instituições têm de realizar-se, têm de "materializar-se". E em que elas se materializam? Em dispositivos concretos que são as organizações. As organizações, então, são formas materiais muito variadas que compreendem desde um grande complexo organizacional tal como um ministério Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda etc. – até um pequeno estabelecimento. Ou seja, as organizações são grandes ou pequenos conjuntos de formas materiais que concretizam as opções que as instituições distribuem e enunciam. Isto é, as instituições não teriam vida, não teriam realidade social senão através das organizações. Mas as organizações não teriam sentido, não teriam objetivo, não teriam direção se não estivessem informadas como estão, pelas instituições.

Por sua vez, urna organização (que, como insisti, costuma ser um complexo grande, vultoso) está composta de unidades menores. Estas são de naturezas muito diversas e é difícil enunciá-las todas. Mas, pelo menos, há algumas que são muito características, como, por exemplo, os estabelecimentos. Estabelecimentos seriam as escolas, um convento, uma fábrica, uma loja, um banco, um quartel. Há diversos tipos de estabelecimentos, de características muito diferentes. Mas é um conjunto de estabelecimentos o que integra uma organização.

Os estabelecimentos, em geral, incluem dispositivos técnicos cujos exemplos mais básicos são a maquinaria, as instalações, arquivos, aparelhos. Isso recebe o nome de equipamento. O equipamento pode ter uma realidade material que coincide com o estabelecimento, ou seja, as máquinas de um estabelecimento – ou pode ter uma realidade muito mais ampla, de maneira que forme um grande sistema de máquinas, um grande equipamento. Isso é o que acontece, suponhamos, com os equipamentos das organizações da comunicação de massa, que, por sua vez, são organizações que realizam as prescrições de uma grande instituição que é a instituição da Comunicação Social.

Instituição – Organização – Estabelecimento – Equipamento. Tudo isso, naturalmente, só adquire dinamismo através dos agentes. Nada disso se mobiliza, nada disso pode operar senão através dos agentes. Os agentes são "seres humanos", são os suportes e os protagonistas de toda essa parafernália. E os agentes protagonizam práticas. Práticas que podem ser verbais, não-verbais, discursivas ou não, práticas teóricas, práticas técnicas, práticas cotidianas ou inespecíficas. Mas é nas ações que toda essa parafernália acaba por operar transformações na realidade. Então, estas unidades (instituição – organização – estabelecimento – equipamento – agente – práticas) não podem ser confundidas. Mas, infelizmente, com freqüência isso ocorre. E não são confundidas apenas pelos leigos, mas também pelos institucionalistas. Então, quando se estuda uma escola institucionalista, esta escola pode chamar de instituição às organizações; de organização a um estabelecimento. Isso não é nada recomendável porque a primeira coisa a se fazer para se entender este complexo panorama é criar uma nomenclatura mais ou menos universal e compartilhada. A que proponho aqui é a que grande parte dos institucionalistas aceita.

Isso não é apenas o exercício de um desafio, mas algo importante. Se começamos a dizer, por exemplo, que essa escola é uma instituição, o assunto se complica, pois essa escola não é uma instituição, e sim um estabelecimento que faz parte de urna grande organização – provavelmente do Ministério da Educação, que, por sua vez, realiza uma grande instituição: a instituição da Educação, que é uma lógica, uma série de prescrições ou leis.

Em uma instituição podem-se distinguir duas vertentes importantes. Uma é a vertente do instituinte, e outra a do instituído. Apesar de as origens das instituições serem muito difíceis de se determinar – ou seja, fazer a história de uma instituição, particularmente a de seu começo, é urna tarefa às vezes impossível, corno se costuma dizer, "perde-se no começo dos tempos". Inclusive há muitas instituições, como a instituição da língua, das relações de parentesco, da religião e da divisão do trabalho, das quais não se pode dizer qual veio primeiro e qual veio depois. Mas podemos afirmar que para uma sociedade humana existir é preciso haver no mínimo essas quatro instituições humanas, ou seja, humanidade é sinônimo de coletivo regido por essas instituições, e essas instituições são sinônimo de existência de um coletivo humano. Então, é difícil saber como eram os coletivos antes que aparecessem essas instituições. É o mesmo que perguntar como era o homem antes de ser homem, pelo menos como o entendemos. Então, situar a origem dessas instituições é muito difícil. Só se pode dizer que uma

instituição supõe outra, precisa da outra, e o seu conjunto é o que constitui uma civilização ou uma sociedade humana. Agora, se freqüentemente não se pode dizer como essas grandes instituições começaram, sem dúvida se pode distinguir nelas uma potência, um movimento de transformação constante que tende a modificar, a operar mutações nas suas características. Em poucas ocasiões privilegiadas pode-se assistir historicamente ao nascimento de uma grande instituição. Mas, em geral, não é isso o que acontece. O que se pode presenciar são grandes momentos históricos de revolução de uma instituição, de profundas transformações de urna instituição. Então, a esses momentos de transformação institucional, a essas forças que tendem a transformar as instituições ou também a estas forças que tendem a fundá-las (quando ainda não existem), a isso se chama o instituinte, forças instituintes. São as forças produtivas de lógicas institucionais.

Este grande momento inicial do processo constante de produção, de criação de instituições, tem um produto, geram um resultado, e este *é* o instituído. O instituído *é* o efeito da atividade instituinte. Se vocês prestarem atenção a esses nomes, eles mesmos já estão dizendo alguma coisa com relação à diferença entre o instituinte e o instituído. O instituinte aparece como um processo, enquanto o instituído aparece como um resultado. O instituinte transmite uma característica dinâmica; o instituído transmite uma característica estática, estabilizada. Então, *é* evidente que o instituído cumpre um papel histórico importante, porque as leis criadas, as normas constituídas ou os hábitos, os padrões, vigoram para regular as atividades sociais, essenciais à vida da sociedade. Mas acontece que essa vida *é* um processo essencialmente cambiante, mutante; então, para que os instituídos sejam funcionais na vida social, eles têm de estar acompanhando a transformação da vida social mesma para produzir cada vez mais novos instituídos que sejam apropriados aos novos estados sociais. Tem-se que evitar uma leitura do tipo maniqueísta, que pensa que o instituinte *é* bom e o instituído é ruim, embora seja verdade que o instituído apresente, por natureza, uma tendência à resistência, uma disposição que se poderia chamar a persistir em seu ser, a não mudar, que quando se exacerba, se exagera, se conhece politicamente pelo nome de conservadorismo, reacionarismo. Pelo contrário, o instituinte aparece como atividade revolucionária, criativa, transformadora por excelência. Na realidade, não *é* exatamente assim, porque o instituinte careceria completamente de sentido se não se plasmasse, se não se materializasse nos instituídos. Por outro lado, os instituídos não seriam efetivos, não seriam funcionais, se não estivessem permanentemente abertos à potência instituinte.

Por sua vez, o mesmo acontece a nível organizacional. Existe o organizante e o organizado. Há uma atividade permanentemente crítica e transformadora, otimizadora das organizações – o organizante. E há o organizado, que se pode ilustrar com o famoso organograma ou fluxograma, que é necessário, mas que tem uma tendência "natural" a cristalizar-se (entre aspas porque nada tem a ver com o natural), uma tendência histórica a esclerosar-se e a adotar uma série de vícios, entre os quais o mais conhecido é a burocracia, embora não seja o único. Então, *é* importante saber que a vida social – entendida como o processo em permanente transformação que deve tender ao aperfeiçoamento e visar a maior felicidade, maior realização, maior saúde e maior criatividade de todos os membros – só é possível quando ela é regulada por instituições e organizações e quando nessas instituições e organizações a relação e a dialética existentes entre o instituinte e o instituído, entre o organizante e o organizado (processo de institucionalização-organização) se mantêm permanentemente permeáveis, fluidas, elásticas.

Outra maneira de referir-se a isso *é* dizer que nas instituições, organizações, estabelecimentos, agentes, práticas, pode-se distinguir uma função e um funcionamento. Para poder entender essa terminologia, tem-se que compreender que nas civilizações e nos conjuntos humanos, e na vida humana tomada num sentido muito amplo, há a tendência a adquirir sempre características históricas que comprometem este objetivo utópico ativo. Essas características históricas, muito diferentes de uma sociedade para outra, de uma fase histórica para outra, podem ser resumidas em três grandes situações viciosas conhecidas por todo mundo: são os processos de exploração, de dominação e de mistificação (desinformação ou engano). Essas são as deformações do percurso da vida social e de seus objetivos mais nobres, de suas finalidades mais altas, que cada sociedade coloca à sua maneira, e que são chamadas de utopias sociais: como uma sociedade tenta, deseja, deve chegar a ser. É claro que, à exceção de algumas sociedades em particular, desde que existem sociedades, as utopias sociais incluem diferentes formas de liberdade, diferentes formas de igualdade, diferentes formas de veracidade e fraternidade, apesar de eu estar usando, para referir -me a isso, a utopia da Revolução Francesa, chamada de revolução burguesa, que não é nem a única nem a melhor das utopias, mas é a mais conhecida por nós. Então, cada sociedade, em seus aspectos instituintes e organizantes, sempre tem uma utopia, uma orientação histórica de seus objetivos, que é desvirtuada ou comprometida por uma deformação que se resume em: exploração de alguns homens pelos outros (expropriação da potência e do resultado produtivo de uns por parte de outros);

dominação, ou seja, imposição da vontade de uns sobre os outros e desrespeito à vontade coletiva, compartilhada, de consenso; e mistificação, ou seja, uma administração arbitrária ou deformada do que se considera saber e verdade histórica, que é substituída por diversas formas de mentira, engano, ilusão, sonegação de informação etc. Assim, se compreende esta oposição entre a utopia, o aperfeiçoamento da vida social e suas deformações exploração, dominação, mistificação-, então se pode compreender mais facilmente uma divisão que se estabelece entre função e funcionamento. O dito não significa que as utopias sejam sempre inocentes e acabem traídas, mas em geral elas são mesmo traídas.

As instituições, organizações, estabelecimentos, agentes e práticas desempenham uma função. Esta função está sempre a serviço das formas históricas de exploração, dominação e mistificação que se apresentam nesta sociedade. Toda instituição, toda organização, todo estabelecimento apresenta esta função a serviço dos exploradores, dos domina dores, dos mistificadores. Só que esta função raramente se apresenta como ela é, justamente por causa da questão da mistificação... A função apresenta-se deformada, disfarça da, mostra-se como o objetivo natural, desejado e lógico das instituições e das organizações. Isto é, não se manifesta claramente ao nível do instituído e do organizado. Ou seja, os instituídos e os organizados apresentam, predominantemente, freqüentemente, funções a serviço da exploração, da dominação, da mistificação. E as exprimem de tal maneira que as fazem parecer "naturais", desejáveis e eternas, ao passo que o instituinte e o organizante são sempre inspirados pela utopia, estão sempre a serviço dos objetivos que, provisoriamente, chamamos de Justiça, de Igualdade e Fraternidade. Podem ser chamados de outra maneira. Essas forças, esses processos, recebem o nome de funcionamento. Então, o funcionamento é sempre instituinte, é sempre transformador, é justiceiro e tende à utopia': A função, ela é predominantemente reacionária, conservadora, a serviço da exploração, da dominação e da mistificação, e se apresenta aos olhos não atentos como eterna, natural, desejável e invariável.

Agora, pode-se definir outros termos que temos aqui presentes. O instituído, o organizado, enquanto produtivo, enquanto expressão apropriada, enquanto recurso operante o instituinte, é claro que é necessário. Acontece que, rapidamente, tendem a cair fora do seu sentido de funcionamento para adotar a característica da função, coisa que se compreenderá melhor quando se entender que a característica essencial do instituinte, do organizante e dos seus produtos operantes é serem propícios à produção, produção que é a geração do novo, daquilo que almeja a utopia; funcionamento e produção são a mesma coisa. Função é sinônimo de reprodução: é a tentativa de reiterar o mesmo, de perpetuar o que já existe, aquilo que não é operativo para propiciar as transformações sociais. Então: instituinte e instituído, organizante e organizado, produção contra reprodução, funcionamento contra função.

Para concluir, exporemos definições que são um pouco áridas, abstratas, mas necessárias para entender os passos seguintes que vamos dar: digamos em que consiste, como entender, como analisar cada instituição, cada organização, e como intervir para favorecer a ação do instituinte e do organizante. Não se pode fazer este trabalho sem ter claras estas definições. Para concluir, os instituintes-instituídos, organizantes- organizados que constituem a malha, a rede social, não atuam separadamente, mas sim em conjunto. E essa atividade em conjunto pode ser enunciada com uma fórmula pedagógica: cada um deles atua no outro, pejo outro, para o outro, desde o outro. Essa é uma tentativa de enunciar o entrelaçamento, a interpenetração que existe entre todos os instituintes e instituídos, entre todos os organizantes e organizados. Esta interpenetração acontece ao nível da função e ao nível do funcionamento; ao nível da produção e ao nível da reprodução; ao nível daquilo que funcionará a favor da utopia e ao nível daquilo que está contra. Então, essa interpenetração ao nível da função, do conservador, do reprodutivo, chama-se atravessamento. Essa interpenetração ao nível do instituinte, do produtivo, do revolucionário, do criativo chama-se transversalidade. Para dar apenas um exemplo, vou mostrar-lhes um caso de atravessamento de funções a nível organizacional. Nós dizemos, por exemplo, que uma escola é um estabelecimento das organizações do ensino, que por sua vez são uma realização da instituição da educação. Acontece que uma escola não só alfabetiza, não só instrui, não só educa dentro dos objetivos manifestos do organizado e do instituído, mas também prepara força de trabalho (alienado), ou seja, uma escola também é uma fábrica. Por outro lado, uma escola, de acordo com a concepção de ensino que ela tenha, também consegue manter os alunos presos durante seis a oito horas por dia, e além de ensiná-los a ler e escrever, o que fundamentalmente lhes ensina é a obedecer, e o que basicamente lhes transmite é um sistema de prêmios e punições, especialmente de punições. Neste sentido é que uma escola é também um cárcere. Mas, além disso, o que a escola ensina é uma série de valores do que deve ser construído, do que deve ser destruído, ensina formas de exercício da agressividade. Então, de alguma maneira, também se pode dizer que uma escola é um quartel ou uma delegacia de polícia. Então, vocês vão vendo como uma escola, ao nível do instituído, do organizado, ao nível da função, ao nível da reprodução, está atravessada pelas outras organizações. Existe uma estreita colaboração na tarefa de reproduzir o que está, tal como está, e dessa maneira colaborar para a perpetuação da exploração, da dominação e da mistificação. Mas uma escola também é um âmbito onde se tem a ocasião de formar um agrupamento político-escolar,um clube estudantil; uma escola também é um lugar onde se pode aprender a lutar pelos direitos; uma escola também é um lugar onde se pode integrar um sistema de ajuda mútua entre os alunos; uma escola também é um lugar onde se pode adquirir elementos para poder materializar as correntes instituintes, produtivas; numa escola também se pode aprender a lutar contra a exploração, a dominação, a mistificação. Então, uma escola tem

um lado instituinte, um lado organizante. Neste sentido, a escola pode ser também, por exemplo, uma frente de luta revolucionária, de luta sindical, um lugar de doutrinamento para a revolução, um lugar de exercício da solidariedade. Neste sentido é que uma escola tem também um funcionamento articulado, interpenetrado com muitas outras organizações, instituições, com muitos outros instituintes e organizantes da sociedade que atuam nela, através dela, para ela, por ela, e ela por outras, e ainda entre os diversos· quadros e segmentos desse mesmo estabelecimento. Essa interpenetração chama-se transversalidade. A interpenetração ao nível da função, da reprodução, como já vimos, chama-se atravessamento. A interpenetração a nível instituinte, produtivo, chama-se transversalidade, e esta se define também como uma dimensão da vida social e organizacional que não se reduz à ordem hierárquica da verticalidade nem à ordem informal da horizontalidade. Os efeitos da transversalidade caracterizam-se por criar dispositivos que não respeitam os limites das unidades organizacionais formalmente constituídas, gerando assim movimentos e montagens alternativos, marginais e até clandestinos às estruturas oficiais e consagradas.

Com isso temos definida, até certo ponto, a concepção institucionalista da sociedade. A sociedade é uma rede constituída pela interpenetração de forças e entidades reprodutivas e antiprodutivas cujas funções estão a serviço da exploração, dominação e mistificação (atravessamento), assim como também está constituída pela interpenetração das forças e entidades que estão a serviço da cooperação, da liberdade, da plena informação, ou seja, da produção e da transformação afirmativa e ativa da realidade (transversalidade).

PERGUNTAS REFERENTES AO CAPÍTULO II

1) O que são, para o Institucionalismo, as sociedades?

2) O que implica dizer que as instituições são lógicas e que podem estar formalizadas em leis ou normas ou que se manifestam em hábitos?

3) Quais seriam exemplos de instituições? Que são as organizações, os estabelecimentos, equipamentos, agentes e práticas?

4) O que é o instituinte e o instituído, o organizante e o organizado, a função e o funcionamento, a produção, a reprodução e a antiprodução?

5) O que é o atravessamento e a transversalidade?

6) De que está composta a rede social?